

Sábado

Teresina, 13 de fevereiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514
Não esqueça de se identificar.

■ AUDITORIAS EM MUNICÍPIOS

TCE-PI e MP fiscalizam fundos de previdência

A rede de controle, formada por órgãos como Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e Polícia Federal, está investigando irregularidades no uso do dinheiro dos fundos de pensão. Pelo menos 50 municípios do Piauí possuem fundo próprio de previdência e estão sob suspeita de estarem utilizando o dinheiro da aposentadoria e pensão para outras finalidades.

A investigação dá a expectativa de vários indiciamentos ao identificar inúmeros crimes cometidos, e assim estancar a sangria. Os órgãos de controle ainda avaliam a modernização da legislação para a redução das fragilidades que permitem que os fundos sejam saqueados quando comandados por gestores de má fé. A Associação Piauiense dos Municípios (APPM) informou que a maioria dos municípios tem déficit na previdência, exatamente por conta de irregularidades que já tinham sido cometidas em gestões passadas.

Por conta da situação, a empresa Serconprev, a mesma que fez o cadastramento dos servidores do Estado no ano passado, foi contratada para gerenciar e capitalizar recursos para estes fundos de previdência nos municípios. Segundo o diretor da Serconprev, Ildemar Silva, os regimes próprios de previdência no interior do Piauí movimentam mais de

RS 150 milhões. Ele afirmou que o sistema garante economia, melhoria no atendimento, maior acesso aos direitos por parte dos servidores e uma série de outras vantagens.

A Assembleia Legislativa aprovou um requerimento do deputado estadual Robert Rios (PDT) pedindo uma inspeção nos fundos de previdência municipais. Ele disse que recebeu diversas denúncias de irregularidades e desvio do dinheiro destinado ao pagamento dos aposentados e pensionistas das prefeituras. O TCE e MP já estão fiscalizando os Regimes Próprios de Previdência quanto à legalidade e aos aspectos de finanças e atuarial.

A Comissão de Previdência do TCE analisou documentos fiscais, folhas de pagamento, guias de recolhimento e a legislação municipal. Foram avaliados o recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias e o cumprimento das normas constitucionais e infraconstitucionais que disciplinam a matéria. Na auditoria foram constatadas falhas graves, como a retenção e não recolhimento da contribuição previdenciária. Ou seja: é feito o desconto da contribuição, mas o valor não é repassado ao Fundo.

Tais irregularidades estão provocando o endividamento dos municípios e desrespeito aos direitos dos segurados.

Em Tempo

Da equipe

emtempodp@hotmail.com

Previdência

Conforme denúncia, o prefeito de Campo Maior, Paulo Martins (PT) teria usado recursos da previdência própria para pagar salários de servidores, o que é proibido por lei. O deputado Robert Rios solicitou que seja feita uma inspeção pelo TCE-PI para confirmar a informação e em seguida adotar medida punitiva. O mesmo pode ter sido feito pelo então prefeito de Picos, Kléber Eulálio.

Curtas

O secretário de segurança Fábio Abreu firmou convênio com o TCE-PI para combater a corrupção. Mas até agora não se viu nada de prático neste compromisso.

CONTROLE

Piauí foge à regra e se mantém no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal

Para manter o limite da LRF, foi necessário uma readequação na máquina administrativa e outros ajustes

O Piauí foi exceção, fugindo à regra do desequilíbrio financeiro entre despesas e receitas que atingiu praticamente a grande maioria dos estados brasileiros em 2015. O Estado figura numa pequena lista de sete unidades federativas privilegiadas, entre as 27, que não ultrapassaram os limites aceitáveis da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no ano passado. "Mas isso é resultado de um grande esforço, de um ajuste profundo, reformas estruturais e austeridade no controle das contas públicas, porque a crise atinge a todos, indistintamente", analisa o próprio governador do Piauí, Wellington Dias. Para ele, o mesmo cuidado continua este ano, porque as dificuldades são latentes.

Segundo o secretário de estado da Administração e Previdência (SeadPrev), Franzé Silva, o cumprimento prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal – em torno de 46,55% - exigiu uma readequação na máquina administrativa, com foco em organização, economicidade, modernização e agilidade. "Para manter esse equilíbrio nas contas do Estado, diante



João Henrique Bastos

Para o governador, essa resposta é resultado de muito esforço e austeridade no controle dos gastos

dos elevados custos de uma máquina estatal, foi intensificado o monitoramento das despesas integrantes do custeio mensal e também criadas superintendências importantes para a máquina administrativa: Licitação, Gestão de Gastos e Previdência Social, que possibilitaram clareza nos contratos, ordenamento de despesas e o resgate da política de fortalecimento de regime de previdência", explica.

Por sua vez, o secretário de Estado da Fazenda, Rafael Fonteles, revela que, apesar de o ano passado ter sido muito difícil para a economia dos Estados Brasileiros, e até mesmo para a União, o Piauí conseguiu cumprir todas as metas fiscais estabelecidas pela LRF. Ele se baseia em dados do Relatório de Gestão Fiscal do ano de 2015, elaborado pelo órgão. "O Governo tem

feito todo esforço para manter o equilíbrio das contas públicas, e temos conseguido superar desafios, graças ao apoio que tivemos do governador, no sentido de garantir um maior controle das finanças. E também é importante agradecer o empenho da equipe econômica do governo e a contribuição dos servidores da Secretaria da Fazenda no sentido de melhorar a nossa arrecadação própria", enfatiza o secretário.

Recuperando o equilíbrio

No ano de 2014, antes da atual gestão, o Piauí enfrentava sérios problemas no tocante ao não cumprimento da LRF, que reserva graves sanções aos Estados que avançam esse sinal. O governador Wellington Dias e sua equipe se desdobraram para garantir o equilíbrio fiscal e tirar o Estado da inadimplência, uma vez que estava impedido de dar continuidade a contratos e convênios estabelecidos em gestão anterior e de contrair novos empréstimos. A Lei estabelece, por exemplo, limites com gasto de pessoal, que pode chegar ao máximo de 49% do Orçamento. Existe ainda o limite de alerta, que compreende o comprometimento de até 44,1% da receita com a folha de pagamento dos servidores, e o prudencial, que sinaliza em 46,55%.

De acordo com a SeadPrev, o Governo do Estado mantém, nesta gestão, o Sistema de Monitoramento das Ações Estratégicas (Simo), uma ferramenta que possibilita identificar os problemas e ameaças existentes na execução das ações estratégicas do Governo. Essa ferramenta tem possibilitado aos gestores a tomada de providências e os ajustes necessários para a garantia das ações conforme o planejado. Para Franzé Silva, a administração da folha de pessoal tem sido um dos maiores desafios para conseguir manter as finanças do Estado equilibradas, no limite considerado prudente, o que também tem sido um grande desafio para outras unidades da federação.

Nome limpo

Apenas 25% dos estados brasileiros terminaram 2015 com suas obrigações em dia quanto à regularização de pendências junto ao Tesouro Nacional. Piauí, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe estão com o nome limpo, por exemplo, no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

(Cauc). O Governo do Piauí também está regular em relação à Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa (CPEN) da Fazenda Nacional.

Esses sete estados podem receber recursos de operações de créditos, convênios, realizar empréstimos, dentre outras transações que podem refletir em mais investimentos na administração pública, fatos que já vêm ocorrendo no Piauí. A Comissão Financeira do Estado – presidida pelo secretário de Fazenda, mais gestores das Secretarias de Planejamento, Administração e Previdência, de Governo, bem como a Controladoria-geral do Estado e Procuradoria-geral do Estado – monitora de forma minuciosa a regularidade fiscal do Governo.

Aumento de receitas

O Piauí foi também um dos poucos estados que contabilizaram incremento de receitas em 2015. Em relação às Receitas Tributárias brutas, houve um acréscimo de 10,08% de janeiro a dezembro de 2015, comparado como o mesmo período no ano de 2014. Isso corresponde a R\$ 3,89 bilhões e R\$ 3,53 bilhões, respectivamente. As Receitas Tributárias tiveram um incremento de R\$ 356,62 milhões de um ano para outro.

Já em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), houve um crescimento de 6,43% em relação ao ano de 2014. Em 2015, a RCL foi de R\$ 6,60 bilhões, enquanto no ano de 2014 esse valor foi de R\$ 6,20 bilhões. O cálculo da RCL no Estado é feito pelo somatório, nos últimos 12 meses, das receitas correntes, deduzidas as parcelas de transferências constitucionais e legais, bem como as receitas transferidas para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), a compensação financeira entre Regimes de Previdência, Restituições e a contribuição dos servidores para o plano de Seguridade Social.

CONTROLE DE GASTOS

Reajuste de servidores preocupa Governo sobre limite da LRF

O Governo do Estado está temendo que o reajuste aos servidores públicos possa fazer as finanças públicas ultrapassarem o limite mínimo exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, com isso, o Estado voltar a ficar impedido de receber recursos externos e empréstimos.

A Secretaria de Administração informou que o ano de 2015 encerrou com o Estado atingindo o limite de alerta da LRF, que acontece quando a folha de pagamento atinge 44,10% da receita corrente líquida (RCL) do Estado. O próximo limite é o prudencial, quando o índice alcança 46,55% da RCL.

“Temos que gerenciar com muita preocupação. Não administrar esse limi-

te pode acarretar prejuízo para população inteira. Em abril vai sair o empréstimo de mais de R\$ 300 milhões e, caso o Estado ultrapasse a LRF, o Piauí fica impedido de receber esse dinheiro”, afirma o secretário de Administração Franzé Silva.

Amanhã, Franzé vai reunir-se com os professores para saber se eles vão aceitar a proposta do Governo, de reajuste de 11,36% no salário da categoria. “Eles (professores) terão ganho real de mais de R\$ 300 acima do piso”, diz o secretário.

Sobre a reivindicação dos servidores administrativos da Saúde, Franzé informa que hoje o governador Wellington Dias vai dar um retorno sobre o impacto do reajuste na folha do Estado.

(Robert Pedrosa)



“Temos que gerenciar com muita preocupação”, lembra Franzé



São muitas as suspeitas - 12/02/2016 às 18h40

TCE-PI fará ele mesmo as auditorias nas obras do IDEPI no ano de 2014

Curtir

1

Tweet

G+1

0

Compartilhar



Conheça como funciona o 180 por dentro



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) vai fazer ele mesmo a fase interna da Tomada de Contas Especial em todas as obras realizadas no ano de 2014 pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI). É nessa fase em que são detectadas as irregularidades.

As obras envolvem estradas vicinais no estado.

A auditoria estava sendo feita pela Controladoria Geral do Estado (CGE) - e há as ações internas, a cargo do próprio órgão.

Mas agora ficará sob a competência da Diretoria de Fiscalização de Obras e

Serviços de Engenharia (DFENG).

Um dos focos principais são as obras realizadas no governo Zé Filho. O gestor do IDEPI era Elizeu Aguiar.

Início daquele ano, porém, o governo era de Wilson Martins. Mas o gestor também era Elizeu.

Aguiar manteve-se no cargo no governo do Zé, a pedido de Wilsão.

Blogueiro: Rômulo Rocha

Publicado Por: Rômulo Rocha



Presidente do TCE altera nomeação de candidatos para beneficiar sobrinho

12/02/2016 • 17:09

Da Redação do Portal AZ

Aprovados no concurso público do Tribunal de Contas do Piauí estão se manifestando contra decisão do Presidente do TCE Luciano Nunes em diminuir o quantitativo de auditores de controle externo de 115 para 102 cargos. Em dezembro de 2015, a lei que concedeu reajuste salarial aos servidores do TCE-PI recebeu a emenda do deputado estadual Robert Rios (PDT) para aumentar o quantitativo de auditores de controle externo de 95 para 115 cargos.



A emenda recebeu o apoio de vários conselheiros e foi aprovada em votação na Assembleia Legislativa. Além de ser sancionada pelo governador Wellington Dias, a emenda foi considerada uma grande conquista para os aprovados no concurso que ainda aguardam nomeação. O certame custou mais de R\$ 720 mil aos cofres públicos.

De acordo com as informações de um dos aprovados, que prefere não ser identificado, são menos de 100 auditores de controle externo para fiscalizar as contas do Estado, dos 224 municípios, entre outros jurisdicionados que recebem e aplicam recursos oriundos do tesouro estadual. Dentre eles, estão as organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, entre outros.

O conselheiro-presidente Luciano Nunes não teria ficado satisfeito com o aumento no número de cargos por parte da assembleia, alegando que está remanejando os cargos de auditor de controle externo, área comum para assessor jurídico e engenheiros. Com o remanejamento, são criados mais sete cargos de assessor jurídico, o qual segundo informações do concursado, acaba beneficiando um sobrinho do conselheiro que foi aprovado em 33º para assessor jurídico.

"O estranho é que o cargo de assessor jurídico teve outro concurso realizado recentemente onde todos os aprovados foram convocados na gestão do conselheiro Kennedy Barros e sequer há concurso vigente para engenheiros, enquanto o atual concurso para auditor de controle externo área comum, vence em junho deste ano e já há aprovados aguardando a nomeação", relata o concursado em e-mail ao Portal AZ.

Ainda de acordo com a denúncia, um estudo interno apontou a necessidade de pelo menos 50 auditores de controle externo área comum, 4 engenheiros, 1 de tecnologia da informação e 5 assessores jurídicos. O fato curioso relatado é que desses 5 assessores, já foram providos mais de 10 cargos, tudo para beneficiar o sobrinho do Luciano Nunes, que marcou para a próxima segunda-feira (15) uma sessão administrativa, onde apresentará um projeto de lei para reduzir o quantitativo de auditores de controle externo 'área comum' de 115 para 102 cargos.

A posição do TCE

O presidente do TCE, Luciano Nunes não quis se manifestar. Passou o assunto para o conselheiro Jackson Veras. De acordo com o conselheiro Jackson Veras, o Tribunal de Contas do Estado não tem, hoje, um orçamento suficiente para chamar mais 18 candidatos para auditor fiscal. Ele explica ainda que esse número é alto e que os concursados do outro lado estão reclamando, porque também querem igual tratamento.



"O Tribunal marcou uma audiência para levar esse assunto ao conhecimento de todos os conselheiros. Se assumirmos esses cargos, a área de engenharia ficaria desfalcada, então vamos nos reunir para decidir de que forma poderemos usar essas vagas: distribuir ou manter", explicou.

Sobre a denúncia de que a mudança no número de vagas seria para beneficiar um sobrinho do conselheiro Luciano Nunes, Jackson Veras explica que mesmo com a alteração não seria possível. "Sobre isso, apenas o próprio Luciano Nunes poderia responder, mas na minha opinião, acredito que mesmo com uma mudança não teria como ele ser beneficiado por conta de sua colocação no concurso", disse.



TCE nega alteração na distribuição de cargos do quadro de servidores

13/02/2016 • 10:15

O Tribunal de Contas do Estado, negou através de nota, que tenha feito alteração na distribuição de cargos do quadro efetivo de servidores do órgão. De acordo com o TCE, a lei nº 6.746 aprovada em dezembro de 2015 está em vigor e o TCE-PI não enviou nenhum projeto de lei à Assembleia Legislativa solicitando alteração na distribuição dos cargos.

O Tribunal de Contas do Estado, negou através de nota, que tenha feito alteração na distribuição de cargos do quadro efetivo de servidores do órgão. De acordo com o TCE, a lei nº 6.746 aprovada em dezembro de 2015 está em vigor e o TCE-PI não enviou nenhum projeto de lei à Assembleia Legislativa solicitando alteração na distribuição dos cargos.



De acordo com a denúncia recebida pelo Portal AZ, aprovados no último concurso afirmaram que o Presidente do TCE Luciano Nunes teria diminuído o quantitativo de auditores de controle externo de 115 para 102 cargos, contrariando a lei de dezembro de 2015, que concedeu reajuste salarial aos servidores do TCE-PI e que recebeu a emenda do deputado estadual Robert Rios (PDT) aumentando o quantitativo de auditores de controle externo de 95 para 115 cargos.

Aprovados no concurso que pediram para não serem identificados denunciaram que o conselheiro-presidente Luciano Nunes não teria ficado satisfeito com o aumento no número de cargos por parte da assembleia, alegando que está remanejando os cargos de auditor de controle externo, área comum para assessor jurídico e engenheiros. Com o remanejamento, seriam criados mais sete cargos de assessor jurídico, o qual segundo informações do concursado acabaria beneficiando um sobrinho do conselheiro que foi aprovado em 33º para assessor jurídico.

Ainda de acordo com a denúncia, na próxima segunda-feira (15) haverá uma sessão administrativa, onde será apresentado um projeto de lei para reduzir o quantitativo de auditores de controle externo 'área comum' de 115 para 102 cargos.



É favorecimento, presidente? - 14/02/2016 às 15h12

Movimentação de Luciano Nunes levanta suspeitas dentro do TCE do PI

[Curtir](#) [Tweet](#) [G+](#) [Compartilhar](#)

Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!



Luciano Nunes
Presidente do TCE

MOVIMENTAÇÃO ESTRANHA

Existe a expectativa sobre se o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Luciano Nunes, incluirá na pauta administrativa da Casa a transformação de alguns cargos de auditores, criados pela ALEPI, em cargos de assessor jurídico.

Na fila para serem chamados existem dezenas de auditores classificados no último concurso público. Articulados, conseguiram aprovar a criação de mais 20 vagas na ALEPI.

Mas Luciano quer que parte delas seja destinada a assessores jurídicos. E pretende fazer a alteração internamente.

'ESSE É MEU SOBRINHO'

Há, no entanto, uma certa desconfiança nessa atitude.

Um suposto sobrinho do conselheiro, que está na lista de classificados para assessor jurídico, até já ganhou um cargo comissionado dentro do TCE-PI.

Ele seria um dos beneficiados?



Luciano Nunes
Presidente do TCE